

**CURSO 28 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - CONCEITO, FORMALIZAÇÃO E CONTROLE**

Orientador(a): ADEMAR DE MARCHI FILHO

Data e Local: 09/08/2024 - PRESIDENTE PRUDENTE/SP - HOTEL PORTAL D OESTE - (18) 2101-0000 - (18) 2101-0002
AVENIDA BRASIL, 1501 - BAIRRO VILA SÃO JORGE

Data e Local: 28/08/2024 - SOROCABA/SP - ONLINE - AO VIVO - (15) 3234-7444
PLATAFORMA ONLINE, 0 - BAIRRO EM NUVEM

PUBLICO ALVO: Servidores responsáveis pela materialização de termos de fomento/colaboração, análise das prestações de contas, controlador interno, contador, membros da comissão de monitoramento e avaliação, gestor da parceria, secretários municipais, prefeitos, auditores/agentes de fiscalização do TCE-SP e demais servidores envolvidos e interessados no assunto.

OBJETIVO: Tecer um panorama geral sobre o Marco Regulatório do Terceiro Setor, através do estudo da Lei n. 13.019/14 e do Decreto n. 8.726/16; seus fundamentos e princípios, orientando a concretização de termos de fomento/colaboração (inclusive tecendo considerações sobre acordos de cooperação). Estudaremos as principais nuances sobre a efetivação dos instrumentos, tal qual a execução e acompanhamento dessas parcerias, incluindo seu monitoramento e avaliação, tecendo, ao fim, considerações sobre eventuais sanções e atos de improbidade administrativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**I - REPASSES AO TERCEIRO SETOR:**

- a) Legislação aplicável;
- b) Conceito;
- c) Formas de relacionamento entre Estado e Terceiro Setor;
- d) OSC, OSCIPe OS;
- e) Parcerias X contratos;
- f) O que é MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil);
- g) Objetivos das parcerias;
- h) Instrumentos para formalizar as parcerias;
- i) Aspectos legais e âmbito de aplicação da Lei 13.019/14;
- j) Dispensa e inexigibilidade de chamamento público;
- k) Fases indispensáveis;
- l) Parcerias subordinadas a Lei 13.019/14;
- m) Chamamento Público;
- n) Plano de trabalho;
- o) Edital;
- p) Propostas e respectiva escolha;
- q) Comissão de seleção e comissão de monitoramento e avaliação;
- r) Capacitação de gestores, conselheiros e representantes das OSCs;
- s) Transparência e divulgação (incluindo as exceções);
- t) "Convênios";
- u) Análise do Relatório de Atividades e de Execução do Objeto;
- v) Responsabilidades dos agentes públicos;

II - TERMO DE FOMENTO E TERMO DE COLABORAÇÃO:

- a) Diferenças;
- b) Requisitos para celebração;
- c) Requisitos das OSCs;
- d) Instrução formal do procedimento (relação de documentos);
- e) Forma de monitoramento e avaliação;
- f) Possibilidade de rescisão;
- g) Gerenciamento administrativo/financeiro;
- h) Requisitos da Administração Pública;

- i) Parecer Técnico;
- j) Parecer Jurídico;
- k) Proibições e vedações;
- l) Outras formalidades;
- III - PLANO DE TRABALHO:
 - a) Elementos do plano de trabalho;
- IV - ACORDO DE COOPERAÇÃO:
 - a) Conceito;
 - b) Objeto;
 - c) Comodato, cessão e doação de bens públicos;
 - d) Chamamento público e credenciamento;
 - e) Procedimento de manifestação de interesse (PMIS);
 - f) Requisitos de habilitação da OSC;
 - g) Requisitos do acordo de cooperação;
 - h) Instrução Processual;
 - i) Plano de Trabalho;
 - j) Parecer técnico e parecer jurídico;
 - k) Celebração do acordo de cooperação;
- V - ATUAÇÃO EM REDE:
 - a) Atuação em rede no MROSC;
 - b) Requisitos e formalização;
 - c) Responsabilidade;
- VI - CHAMAMENTO PÚBLICO:
 - a) Chamamento na Lei 13.019/14;
 - b) Edital;
 - c) Julgamento das propostas;
 - d) Requisitos de habilitação;
 - e) Homologação;
 - f) Recursos;
- VII - EXECUÇÃO DAS PARCERIAS:
 - a) Natureza jurídica dos recursos recebidos;
 - b) Liberação e recebimento dos recursos;
 - c) Cronograma de desembolso;
 - d) Compras, contratações, despesas e pagamentos;
 - e) Execução das despesas;
 - f) Despesas vedadas;
 - g) Pagamentos;
 - h) Divulgação das despesas;
 - i) Inadimplência da Administração ou da OSC;
- VIII - ALTERAÇÃO DAS PARECERIAS:
 - a) Procedimento;
 - b) Alteração por apostilamento ou termo aditivo;
 - c) Alterações vedadas;
- IX - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:
 - a) Objeto;
 - b) Procedimentos;
 - c) Instrumentos;
- X - PRESTAÇÃO DE CONTAS:
 - a) Forma e conteúdo;
 - b) Documentos;
 - c) Relatórios;
 - d) Periodicidade;
 - e) Prestação de contas anual e final;
- XI - SANÇÕES E IMPROBIDADE:
 - a) Sanções administrativas;

CAPACITAÇÕES PRESENCIAIS LOCAL DO EVENTO: Sujeito a alteração do hotel

Online início: 08h30 - **Término previsto:** 16h30 | **Presencial início:** 8h30 - **Término previsto:** 17h00.

CARGA HORÁRIA: Online 08:30 às 16:30 | Presencial 8h30 às 17h00.

ORIENTADOR(A): ADEMAR DE MARCHI FILHO.

Procurador Jurídico Municipal, com 21 anos de experiência na advocacia em geral, pós graduado em Direito Tributário, Direito Civil e Processual Civil; atuando nas diversas nuances jurídicas da Administração, inclusive nas searas consultiva e contenciosa, tal qual no relacionamento com Tribunais de Contas, Ministério Público e outros órgãos. Também responsável pela materialização das mais diversas normas municipais, acompanhamento de processos administrativos e realização de termos de fomento/colaboração.

DADOS PARA EMPENHO:

Proponente: Instituto Gov Ltda - EPP

CNPJ: 18.595.011/0001-27

Endereço: Rua Antônio Cândido Pereira, 117 - Jardim Faculdade

Cidade: Sorocaba/SP - CEP 18030-205

INVESTIMENTO:

Dia 09/08/2024 - Presencial - PRESIDENTE PRUDENTE/SP - R\$ 1.670,00 (para pagamento à vista).

Dia 28/08/2024 - Online - SOROCABA/SP - R\$ 950,00 (para pagamento à vista).

Pode ser pago por depósito, TED, DOC.

Presencial com direito a coffee break, almoço, certificação e material de apoio.

Online com direito a certificação e material de apoio.

FICHA DE INSCRIÇÃO:

Acesse o curso em: www.institutogov.com.br

Pelo telefone: (15) 3234-7444 whatsapp

Informações necessárias do servidor:

Nome Completo - CPF - Função que exerce no Órgão.

Informações necessárias do Órgão:

CNPJ - Endereço - Telefone - FAX - CEP - E-mail.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA: será emitida a todos os participantes no dia do curso. Caso desejar a sua antecipada, no empenho, na liquidação, antes ou na data do depósito, você deve solicitar no fone (15) 3234-7444. Nota fiscal eletrônica não retroage data de emissão.

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO REALIZAR RETENÇÃO TRIBUTÁRIA

EPP - Isento de **INSS** conforme art. 191 da IN/RFB 971 de 13 de novembro de 2009.

EPP - Isento de **IRRF** conforme art. 1º da IN/RFB 765 de 02 de agosto de 2007.

EPP - isento do **ISS** conforme inciso IV, § 4º do art. 21 da lei complementar 123/2006 (simples nacional)

ENVIO DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

Caso o pagamento for por **depósito sem identificação**, você deve escanear o comprovante e enviar para institutogov18@gmail.com

CURSO ONLINE - PARA LIBERAÇÃO DA CHAVE DA LIVE A PESSOA INSCRITA DEVE ENVIAR:

Pagto por Órgão Público: comprovante do pagamento, se pago; ou empenho ou ordem de serviço a pagar, assinados;

Para particulares e empresas privadas: obrigatório o comprovante do pagamento.

ATENÇÃO!

SERVIDOR PÚBLICO

PARA SUA SEGURANÇA LEIA ESTE AVISO :

- A RESERVA DE APARTAMENTO e as despesas, caso precisar, é de sua responsabilidade. Procure fazê-la com antecedência.
- Não vá para nossos cursos sem antes fazer sua INSCRIÇÃO e certificar-se da CONFIRMAÇÃO do evento. Quando você se inscreve via internet, nossa equipe de colaboradores entra em contato contigo na semana do evento via telefone ou por um dos emails abaixo.
- CONFIRMAÇÃO DO EVENTO: sua garantia é o comunicado enviado por um dos emails abaixo. Caso não receber, entre em contato para certificar do evento confirmado, ou, para facilitar, verifique o confirmado junto ao título do

curso em nosso site.

- Não vá para nossos cursos sem antes ter a certeza do confirmado.
- Caso houver **MUDANÇA DE DATA** ou **CANCELAMENTO** do evento você recebe email na semana que aconteceria o evento. O Instituto Gov cancela eventos somente por um dos emails abaixo.
- Sua garantia por eventuais ressarcimentos será quando o cliente comprovar o prejuízo e ainda possuir e fornecer o email do evento do qual a empresa possa ter confirmado, e posteriormente cancelado. Assim sendo, não nos responsabilizamos por ressarcir traslado, passagens, hospedagens e alimentação daquele que porventura não atender a estes critérios. Portanto, antes de viajar certifique de que o evento está confirmado.
- O Instituto Gov reserva o direito de cancelar ou alterar datas e locais dos cursos quando não houver quorum mínimo de participantes. Nesse caso, fica garantido o ressarcimento da inscrição daquele que tenha efetuado depósito ou pagamento antecipado.
- Emails autorizados a confirmar ou cancelar eventos do Instituto Gov:
institutogov18@gmail.com e **institutogov2@gmail.com**